



# Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica

Research and Social Work: contributions to criticism

JOSÉ FERNANDO SIQUEIRA DA SILVA\*

MARIA IZABEL DA SILVA\*\*



**RESUMO** – O artigo em questão se propõe a oferecer contribuições ao debate sobre a pesquisa em Serviço Social, processo este imprescindível aos profissionais que lidam cotidianamente com a reprodução continuada e ampliada da desigualdade social na ordem burguesa madura (genericamente caracterizada como “questão social”). Faz isto considerando as inúmeras contradições atualmente existentes para a realização de pesquisas orientadas pelo ponto de vista da totalidade, centradas na riqueza da própria realidade (na sua lógica objetiva). Quais caminhos devem ser trilhados para estimular a elaboração de estudos genuinamente ontológico-materiais? Quais os principais obstáculos para isto? Como situar as particularidades da pesquisa em Serviço Social nesse contraditório contexto?

**Palavras-chave** – Serviço Social. Pesquisa. Teoria Social de Marx.

**ABSTRACT** – This paper aims at offering contributions to the debate on Social Work research, an imperative process to professionals who deal with the continued and expanded reproduction of social inequality in the mature bourgeois system (broadly characterized as the “social issue”). This is done by considering the several contradictions that currently exist for carrying out totality-oriented research, focused on the wealth of reality itself (in its objective logic). What are the paths to foster the production of genuinely ontological-material studies? What are the main hurdles to that? How the specificities of Social Work research can be located in this controversial context?

**Keywords** – Social Work. Research. Marx’s Social Theory.

---

---

\* Assistente Social. Livre-docente pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor Adjunto III do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca. CV: <http://lattes.cnpq.br/1557941183604992>. E-mail: [jfernandoss@terra.com.br](mailto:jfernandoss@terra.com.br)

\*\* Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP-Franca). Graduada e Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Assistente Social no Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia - MG. CV: <http://lattes.cnpq.br/7174385140422176>. E-mail: [cruzeiobel@hotmail.com](mailto:cruzeiobel@hotmail.com)

Submetido em: setembro/2015. Aprovado em: outubro/2015.

*[...] toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente [...] (MARX, 1985, v. III/2, p. 271).*

O presente artigo se propõe a refletir e contribuir com o debate sobre a pesquisa em Serviço Social. Vale destacar, introdutoriamente, que o Serviço Social teve sua gênese atrelada à ordem monopólico-imperialista do capital (NETTO, 1998), sob o padrão de racionalização fordista da força de trabalho (ANTUNES, 2005), como parte do trabalho coletivo especializado que passou a compor a divisão social do trabalho a partir do final do século XIX (IAMAMOTO e CARVALHO, 1985). Tais características foram objetivamente tensionadas pelos levantes operários da segunda metade do século XIX, ou seja, pelo adensamento do que se convencionou denominar – por parte do pensamento conservador – como “questão social”<sup>1</sup>. Tais aspectos estiveram presentes na gênese do Serviço Social como profissão em escala mundial, como traços ontológico-universais, ainda que seja necessário reconstruir as mediações que determinaram suas particularidades nas diferentes regiões do planeta e em países específicos (e esse segundo ponto não é um mero detalhe)<sup>2</sup>.

Sobre o método na teoria social de Marx, traço necessário para a produção do conhecimento orientada pelo ponto de vista ontológico, destaca Lukács (2012):

A crítica de sistema que temos em mente, e que encontramos conscientemente explicada em Marx, parte, ao contrário, da totalidade do ser na investigação das próprias conexões, e busca apreendê-las em todas as suas intrincadas e múltiplas relações, no grau máximo de aproximação possível. A totalidade não é, nesse caso, um fato formal do pensamento, mas constitui a reprodução ideal do realmente existente; as categorias não são elementos de uma arquitetura hierárquica e sistemática, mas, ao contrário, são na realidade “formas de ser, determinações da existência”, elementos estruturais de complexões relativamente totais, reais, dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexões cada vez mais abrangentes, em sentido tanto extensivo quanto intensivo. Diante do conhecimento adequado de tais complexos, a lógica perde seu papel de condução filosófica (LUKÁCS, 2012, p. 297).

Nas primeiras escolas de Serviço Social no Brasil (1936, em São Paulo, e 1937, no Rio de Janeiro), a formação profissional privilegiou a dimensão técnico-operativa em detrimento da produção do conhecimento<sup>3</sup>. Foi somente com o chamado Movimento de Reconceituação Latino-Americano (1965-1975), em plena autocracia burguesa objetivada na ditadura cívico-militar de 1964, que a renovação do Serviço Social brasileiro se desenvolveu. O conservadorismo, então, se revigorou sobre outras bases, ainda que nessa renovação também tenham sido esboçados os primeiros questionamentos mais consistentes sobre a estrutura sincrético-doutrinária e científica euro-americana do Serviço Social tradicional (NETTO, 1998). A tendência denominada por José Paulo Netto como “intenção de ruptura” (NETTO, 1998) – na sua diversidade – elaborou as observações mais fecundas e críticas para o adensamento da preocupação da categoria profissional com o conhecimento e a pesquisa no processo de formação profissional. É preciso reconhecer, aqui, os avanços da profissão com a criação da área de estudo e de pesquisa junto aos órgãos de fomento (CNPq e CAPES), bem como a expansão dos cursos de pós-graduação a partir dos anos 1970. Nesse cenário, a Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) iniciou, pioneiramente, a formação e a titulação de um número considerável de mestres e doutores para atuar nas diversas universidades do país.

Nas décadas seguintes (1980/1990) houve um expressivo empenho da categoria para fortalecer a base científico-profissional, sobretudo em relação ao processo de construção crítica da profissão e do exercício profissional, ambos pautados no aporte sócio-histórico da análise do real difundido pelo currículo de 1982. A partir desse momento, a categoria profissional dos assistentes sociais, por meio de suas principais representações (CRESS, CFESS, ABESS/ABEPSS), assumiu claramente uma perspectiva afinada com a defesa dos direitos dos trabalhadores<sup>4</sup>.

Trata-se de um período de inegáveis avanços para o Serviço Social, expressos nas produções científicas e nos programas de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Isto reafirmou o legado crítico de parte do movimento de reconceitualização-renovação, adensado pelo contexto nacional de luta coletiva dos movimentos sociais em prol do processo de redemocratização política do país. Esse cenário fértil possibilitou gestar um projeto profissional crítico que se convencionou chamar de “projeto ético-político profissional”, como direção social estratégica<sup>5</sup>. É nesse rico contexto que a pesquisa adquire clara importância na formação acadêmico-profissional dos assistentes sociais, estimulando a reconstrução da realidade inspirada na perspectiva de totalidade, redefinindo o papel dos instrumentos-técnicas e construindo respostas além da imediatividade cotidiana impregnada no trabalho profissional<sup>6</sup>. Para tanto, é imprescindível a qualificação do assistente social, considerando o embasamento teórico, a disciplina intelectual, o rigor científico acadêmico e o trabalho profissional, fundados nos princípios norteadores da profissão conforme estabelecidos no Código de Ética do Serviço Social de 1993. Nesse sentido, o aperfeiçoamento intelectual do assistente social é fundamental.

[...] formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa (NETTO, 1999, p. 16).

Entretanto, cumpre destacar a fragmentação das Ciências Sociais como expressão da ciência burguesa, uma vez que o conhecimento moderno está organizado em especializações que justificam posições e procedimentos conservadores. Agrega-se a esse fato o crescimento das ciências naturais e a generalização de seus métodos, cujas pesquisas potencializam o desenvolvimento industrial, tecnológico e as ramificações do desenvolvimento do capital. Isto se adensa no atual contexto sócio-histórico marcado pela barbárie neoliberal, sua reorganização produtiva e precarização contínua, com perversos reflexos na vida social em geral e, em particular, no mundo do trabalho<sup>7</sup>, apresentando profundos obstáculos à efetivação da emancipação humana (MARX, 2009).

Com o objetivo de contribuir com níveis crescentes de emancipação social, cabe aos assistentes sociais decifrar esse cenário complexo e adverso orientados pela categoria da totalidade (LUKÁCS, 2010, 2012 e 2013). Para tanto, é vital que estes profissionais contem com um arcabouço teórico denso e crítico, imprescindível para fomentar a interpretação da realidade social, dos complexos sociais existentes e, ainda, subsidiar o trabalho profissional. Assim, eles devem possuir uma boa apropriação das várias correntes do pensamento presentes no interior das Ciências Humanas e Sociais, entre as quais se destacam as três principais matrizes teóricas modernas: o positivismo, a fenomenologia e a teoria social de Marx (considerando suas diversas tradições e desdobramentos atuais). Para isso, o estudo e a pesquisa são fundamentais.

## Neoliberalismo e reestruturação universitária

A reestruturação universitária brasileira é impensável sem o receituário neoliberal posto em prática mundialmente nos anos 1970, embora ele tenha sido sentido mais claramente na América Latina a partir da segunda metade dos anos 1980. O neoliberalismo é uma ideologia que defende ideias e ações sustentadas na intensa privatização, desestatização, redução de direitos e dos gastos públicos com a seguridade social e as políticas sociais. Adota esse receituário como alternativa para retomar a acumulação do capital e lidar com suas crises estruturais, tendo como referência as fórmulas macroeconômicas vinculadas às ideias de Friedrich Hayek e Milton Friedman. Seguramente situa-se em uma fase específica do capitalismo de monopólios inspirado no padrão de acumulação toyotista e no privilégio à fração financeira da burguesia mundial (HARVEY, 2011; CHESNAIS, 1996; IAMAMOTO, 2007). O caso latino-

americano é impensável sem sua marca hipertardia e dependência típica de nações que realizaram, com particularidades, suas revoluções burguesas já no século XX (FERNANDES, 1987; 2009).

Em relação à formação dos assistentes sociais, é oportuno ressaltar os graves problemas enfrentados no âmbito da educação superior nas últimas décadas: a profunda decadência da pesquisa e da produção do conhecimento denunciada por Lukács (NETTO (Org.), 1981), bem como o sucateamento das universidades públicas no Brasil, tanto na precarização da força humana (terceirização, ausência de concursos públicos, contratação de professores substitutos e estagiários, etc.), quanto na queda da qualidade do ensino superior. Percebe-se a supervalorização e a expansão do ensino privado de qualidade duvidosa, com a agravante do ensino à distância e o sucateamento do ensino público, demonstrando o compromisso com certo tipo de “conhecimento” essencialmente descritivo, produtivista e hegemonicamente comprometido com os interesses mercadológicos<sup>8</sup>.

No atual cenário, vivenciamos a reorganização universitária com a subordinação da educação ao mercado, como mercadoria subjugada aos interesses do capital, gerando mutações nas relações de trabalho nas universidades públicas brasileiras. Isso se evidencia, entre outras formas, a partir da atual deterioração dessas instituições de ensino público em prol da valorização das instituições privadas de ensino superior, sob a lógica de mercado que estimula a acumulação de capital por meio de uma formação profissional aligeirada<sup>9</sup>.

Constitui-se, então, a *universidade operacional* (CHAUÍ, 1999), estruturada por meio de normas e padrões totalmente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, pulverizada em micro-organizações, ocupando seus docentes e curvando seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. É evidente a heteronomia desta universidade: “o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios, etc.” (CHAUÍ, 1999, p. 221); portanto, segundo destaca a autora, comprometida com “seu próprio umbigo”, uma universidade que opera, mas não atua. É fato, então, que esse perfil operacional reforce sua “permanente desmoralização pública e degradação interna”. (ibid.). O que seria a docência e a pesquisa nessa universidade operacional, produtiva e flexível? Como destaca Marilena Chauí seria, sob tais bases, um espaço comprometido com a

[...] transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes [...] a docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação (CHAUÍ, 1999, p. 221).

As fragmentações econômica, social e política, impostas pela atual face do capitalismo, segundo a autora, correspondem a “uma ideologia automeada pós-moderna”, pretendendo “marcar a ruptura com as ideias clássicas e ilustradas, que fizeram a modernidade” (ibid.). Para essa ideologia:

[...] a razão, a verdade e a história são mitos totalitários; o espaço e o tempo são sucessão efêmera e volátil de imagens velozes [...] a subjetividade não é a reflexão, mas a intimidade narcísica, e a objetividade não é o conhecimento do que é exterior e diverso do sujeito, e sim um conjunto de estratégias montadas sobre jogos de linguagem, que representam jogos de pensamento, isto é, como invenção e abandono de “paradigmas”, sem que o conhecimento jamais toque a própria realidade (CHAUÍ, 1999, p. 221).

Assim sendo, a pesquisa nesse tipo de universidade não pode estar comprometida com o conhecimento, mas sim com a apropriação de instrumentos para intervir e controlar determinado objeto socialmente posto, como intervenção-controle. Por isto, é despida de qualquer compromisso com a ciência

ontológica que extrai da realidade as informações e a reconstrói como espelhamento do real e retorna à própria vida real como práxis social (LUKÁCS, 2012). Trata-se, então, de uma universidade puramente operacional.

Essa universidade não forma e não cria pensamento, despoja a linguagem de sentido, densidade e mistério, destrói a curiosidade e a admiração que levam à descoberta do novo, anula toda pretensão de transformação histórica como ação consciente dos seres humanos em condições materialmente determinadas (CHAUI, 1999, p.222).

Estudos apresentados por Braz e Rodrigues (2013) sobre o impacto da contrarreforma em curso no campo particular do ensino profissional em Serviço Social, apontam para um cenário bastante dificultoso. Analisando os censos de Ensino Superior do MEC de 1995 a 2010, os autores concluíram que houve um aumento de 72 (1995) para 333 unidades de ensino (2010), sendo que o peso do segmento privado nesse crescimento é algo significativo: no mesmo período saltou de 41 para 270 unidades de ensino de Serviço Social. Isto, em termos percentuais, representou um crescimento brutal de escolas privadas considerando o número total de escolas: de cerca de 57% em 1995 para 81% em 2010. A situação é ainda mais preocupante se forem considerados os dados do Censo de Ensino Superior do MEC (2010) na modalidade de ensino à distância para o ensino de Serviço Social: 143.198 discentes matriculados, sendo que apenas 22% das matrículas (31.099) eram em cursos presenciais. Tal contexto não somente aligeira e precariza o ensino e a pesquisa, como também mutila o projeto ético-político profissional do Serviço Social em um de seus pilares fundantes: *a formação profissional*<sup>10</sup>.

Ainda que não se possa desconsiderar o processo de resistência em curso envolvendo os órgãos representativos na área de Serviço Social (o conjunto CFESS, CRESS, ABEPPSS, ENESSO), esse duro quadro tem adensado as dificuldades nesse campo particular, ao mesmo tempo em que impõe à sociedade uma universidade operacional vista como mais “eficiente” e “comprometida socialmente”. Esse processo, longe de ser apreendido separadamente, compõe uma totalidade social particularizada na educação e centrada em uma tríade maldita: *privatização, precarização e redução à operacionalização* das universidades brasileiras, adotando estratégias diferenciadas para objetivar tais princípios nos ditos “centros de excelência” e nos “centros de formação periféricos”. O nascimento e o estímulo ao EAD coroam esse processo de mercantilização da educação como forma de massificar o ensino e fabricar diplomas universitários.

## **A pesquisa em Serviço Social e suas particularidades: tempos de resistência**

Inicialmente, é oportuno ressaltar que fazer pesquisa/ciência significa dispor-se a conhecer a partir de investigações mais aprofundadas algum “complexo social” (LUKÁCS, 2012) e efetivar tal intenção como ato consciente (teleologia-finalidade-causalidade). Trata-se, então, de reconstruir mentalmente uma dinâmica que não se encontra na cabeça de quem realiza o estudo (por mais brilhante que seja), o que não significa, em absoluto, desvalorizar o exercício da razão crítica, mas por suas forças na direção da lógica do próprio ser.

O início de qualquer ciência é a própria realidade (o verdadeiro ponto de partida) que estimula, indaga, impõe necessidades vinculadas à reprodução material do ser (social). A razão ontológico-materialista se realiza a partir dessa base insuprimível, ineliminável, ainda que imediatamente não apareça como o verdadeiro ponto de partida. Por outro lado, sem o exercício da razão objetiva que desconstrói a dureza imediata do real, a pesquisa e a produção do conhecimento não se realizam e as forças sociais dos sujeitos relativos não são postas em movimento. Ora, estamos diante de outra relação entre razão e realidade, como razão objetiva, comprometida com a “lógica da coisa” (MARX, 2005a, p. 39), voltada aos

problemas genuinamente humanos, seguramente intencionais, mas a partir das determinações do ser, de sua existência (onde efetivamente se encontram as categorias de análise da pesquisa).

A gnosiologia, própria da produção do conhecimento, não se confunde com a ontologia (as determinações do próprio ser), ainda que ambas sejam absolutamente essenciais para qualquer investigação científica. A prioridade é sempre ontológica pelo simples fato de que *a existência do ser é anterior ao pensamento sobre o próprio ser*. Mais ainda, a dimensão ontológica funciona como “momento predominante”, assim como a “economia política marxiana” (LUKÁCS, 2012; 2013) que, em absoluto, explicam a razão como um simples espelhamento mecânico da própria realidade ou atribui à economia um papel de “moldar” as demais dimensões da vida social. O processo *desantropomorfizador* (de busca da coisa como ela é e não como o pesquisador deseja que ela seja), típico do “espelhamento” promovido pela ciência, não elimina o papel da razão ou a subestima; somente não atribui a ela uma lógica que é da própria realidade; não vê nela o início do processo científico. Sobre essa base é possível falar em práxis social e compreender a centralidade do trabalho (útil-concreto) como práxis primeira, guardando as particularidades da ciência como determinada forma de espelhamento da realidade<sup>11</sup>. Sobre o método na teoria social, Marx destaca, em um trecho da “Introdução à crítica da economia política”<sup>12</sup>:

O concreto é concreto, porque é a concentração de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de concentração, como resultado, não como ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro caminho a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. ‘Assim é que Hegel chegou à ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se concentra, que se aprofunda em si mesmo e se apreende a partir de si mesmo como pensamento móvel’; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta (MARX, 1989, p. 410).

Obviamente que a universidade operacional e a “produção de conhecimento” por ela estimulada não funcionam sobre essa base. Aqui a pesquisa científica e suas metodologias se submetem à concepção burguesa de ciência, potencializando o desenvolvimento do conhecimento segundo a lógica do capital. Assim, o conhecimento está voltado para interesses produtivistas, centrado unicamente na face imediata do real, absolutamente parcial (embora se diga neutra), tornando limitada a relação do saber com o “mundo dos homens”. Isso significa que o conhecimento está fragmentado, centrado em um diálogo formal e superficial (quando muito, sistêmico) entre as diferentes áreas do conhecimento, inviabilizando por completo qualquer perspectiva explicativa do real e de seu movimento objetivamente dado.

A concepção burguesa de ciência submeteu as Ciências Sociais à pura fragmentação. Nos termos postulados por Lara (2007, p. 74), não supera a mera “especialização mesquinha” (como método) e reproduz, nos termos lukacsianos, uma clara decadência ideológica. Nessa mesma perspectiva Lukács (2010) destaca:

[...] uma ontologia do ser social deve, portanto, se não quiser falsear os nexos ontológicos, tentar apreender exatamente seus traços específicos em seu originário ser-propriadamente-assim. E para o ser social é profunda e decisivamente característico que todos os processos dinâmicos dos complexos da práxis humana, só nele constituídos e só nele possíveis, sejam quanto à sua gênese fundados no respectivo modo de desenvolvimento da sociedade, em sua economia, e que sejam por ela determinados até as suas características específicas; em sua dinâmica imediata, ao contrário, podem reclamar para si uma muito ampla vida própria, um desdobramento dinâmico próprio, tanto em termos formais como em termos de conteúdo [...]. Um dos motivos principais da vulgarização do marxismo,

que tanto colaborou para que ele perdesse sua influência como teoria universal do desenvolvimento da humanidade, foi exatamente a concepção mecanicista de toda ideologia como mero ‘produto naturalmente necessário’ das respectivas relações econômicas (LUKÁCS, 2010, p. 100 e 113).

Assim, a inegável fragmentação da ciência moderna pautada na lógica produtivista impõe desafios às ciências humanas e sociais quanto a dar respostas efetivas aos problemas genuinamente humanos. A sua forma específica de produzir conhecimento não apenas é questionada e subalternizada na relação com as demais “áreas do conhecimento”<sup>13</sup>, mas engessada por estímulos “educativos” puramente descritivos, a-históricos e descomprometidos com a razão objetiva, frequentemente inspirados em procedimentos das ciências naturais e de suas variações. Nasceram, aqui, estudos puramente comparativos, baseados em dados quantitativos e qualitativos sustentados no espelhamento imediato do real<sup>14</sup>, o que justifica o ceticismo da ciência burguesa em relação a determinado tipo de produção realizada nas Ciências Humanas e Sociais (particularmente as de perfil claramente crítico-ontológico-material), bem como o estímulo dado, no limite, para estudos subsidiários e descritivos elaborados por essas áreas do conhecimento (vistos como de menor relevância e prioridade).

Nesse cenário, percebe-se que o conhecimento está fragmentado pelas condições materiais das instituições de pesquisa, entre elas a universidade, responsáveis pela sistematização do saber dentro da divisão social do trabalho. Assim, o conhecimento moderno fragmentado favorece as justificativas ideológicas conservadoras, legitimando as relações sob a lógica burguesa. Dessa forma, percebe-se o crescimento das ciências naturais, cujas pesquisas potencializam o desenvolvimento industrial, tecnológico e as ramificações do desenvolvimento do capital. Nas ciências sociais, por sua vez, são estimulados estudos “despidos de posicionamento crítico” (tratados como “ideológicos”), “sistêmicos”, frequentemente fragmentados, descritivos, sem economia política crítica, enciclopédicos e politicamente comportados. Uma importante categoria que constitui a dinâmica do real é absolutamente abandonada no processo então denominado como “produção de conhecimento”: *a categoria da totalidade*. Sem uma ciência genuinamente humana guiada pela ontologia materialista do ser social, vinculada à Teoria Social de Marx na sua totalidade (crítica à teoria valor-trabalho, método dialético e perspectiva da revolução), o estudo da “lógica da coisa” inviabiliza-se por completo.

Cumprir resgatar que o Serviço Social se constituiu, no Brasil, vinculado ao surgimento da sociedade denominada moderna, isto é, capitalista, já em sua fase monopolista, que inaugura e legitima o conhecimento científico (ou “erudito”), possibilitando condições específicas para a formação de profissionais com autoridade para apreender e explicar os complexos sociais (ainda que seja necessário reconhecer traços antimodernos presentes na gênese da profissão – SILVA, J. F. S., 2015). É nesse contexto que o Serviço Social se legitima socialmente para intervir nas “expressões da questão social” (IAMAMOTO, 2007), suas refrações, vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho, decorrente das

[...] expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado (KAMEYAMA, 1998, p.33).

No caso específico do Brasil, a configuração da “questão social” no bojo da economia capitalista “deu-se a partir de 1930, refletindo o avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se, portanto, à emergência do trabalho assalariado” (KAMEYAMA, 1998, p. 34). É no contexto da década de 1930, isto é, na era varguista, que foram criadas as primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo (1936) e Rio de Janeiro (1937), cuja formação profissional, dado seu caráter interventivo, privilegiou principalmente o aspecto técnico-operativo em detrimento da produção do conhecimento. Como salientado anteriormente, a pesquisa em Serviço Social iniciou-se efetivamente a partir da década de 1970, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Humanas e Sociais e no Serviço Social.

Todavia, atribuir relevância à ação investigativa não significa, em hipótese alguma, desconsiderar a importância da dimensão interventiva presente no trabalho profissional. Foi com esse entendimento que o Serviço Social inseriu a pesquisa como matéria já no primeiro currículo mínimo determinado pela Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953, tendo sido reafirmado no segundo currículo em 1962. Já no terceiro currículo, em 1970, a pesquisa não aparece nas disciplinas obrigatórias, por “estar implícita no espírito integrador ensino-pesquisa da Reforma Universitária” (SETUBAL, 2007, p.68). Ampliou-se a produção de conhecimento no Serviço Social com o expressivo aumento da produção bibliográfica, alimentada pelas dissertações de mestrado e teses de doutorado<sup>15</sup>. Contudo, foi a partir dos anos 1980 que o Serviço Social obteve reconhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como área de pesquisa, contemplando as seguintes áreas de investigação: “Fundamentos do Serviço Social Aplicado”, “Serviço Social do Trabalho”, “Serviço Social da Educação”, “Serviço Social do Menor”, “Serviço Social da Saúde” e “Serviço Social da Habitação”.

A pesquisa em Serviço Social vem se desenvolvendo na relação com as perspectivas teóricas que têm orientado a profissão nas últimas décadas. A renovação do Serviço Social brasileiro vivida no interior do processo de reconceitualização latino-americano permitiu uma aproximação com tendências de investigação orientadas pelo positivismo, pela fenomenologia e pelo marxismo (embora não sejam essas as únicas referências), considerando, seguramente, as diversas perspectivas inseridas no interior dessas orientações teórico-metodológicas e o tipo de apropriação que o Serviço Social vem construindo sobre as tendências supracitadas. Foi, no entanto, o adensamento do debate com a tradição marxista e, mais tarde, com o próprio Marx, que orienta debates no campo da emancipação social, ainda que seja necessário reconhecer as diferentes leituras e apropriações aí existentes. Analisar essas tendências no âmbito da pesquisa em Serviço Social, dentro ou fora do campo marxiano-marxista, é de grande importância para qualificar o debate na profissão e iluminar os problemas que se colocam ontologicamente no âmbito do trabalho profissional e para além dele. Sob essa perspectiva, adverte Paulo Netto (1989):

Sem Marx, e a tradição marxista, o Serviço Social tende a empobrecer-se [...]. Sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social [...]. Por mais que seja rigorosa, intensa e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um Serviço Social “marxista” (NETTO, 1989, p. 101).

Dessa forma, trata-se de uma perspectiva comprometida com a reconstrução do movimento do real enquanto “concreto pensado” (MARX, 1989), repleto de múltiplas determinações e de complexos sociais particulares (LUKÁCS, 1978) que interagem e definem (não de forma determinística) a inserção dos assistentes sociais em determinada historicidade e a partir de determinado legado sócio-histórico. É nesse contexto que se insere o Serviço Social como particularidade histórica e o trabalho profissional do assistente social é realizado em determinadas condições objetivamente dadas e subjetivamente potenciadas por sujeitos profissionais possíveis. A pesquisa, então, orientada por uma razão ontológica (nos termos aqui tratados), é componente importantíssimo da formação profissional. Como processo ontológico-material científico, essencialmente desantropomorfizador, ou seja, comprometido com a reconstrução da realidade, sua racionalidade, esclarece Lukács (1978):

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de modo tal que deste conjunto de leis pode-se retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta dialética concretamente realizada de universal, particular e singular (LUKÁCS, 1978, p. 88).

Ou nas palavras do próprio a Marx (2002):



A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada (MARX, 2002, p. 21).

No seio da categoria há um debate fecundo sobre a necessidade de redimensionar a formação e o trabalho em Serviço Social. A visão empirista da profissão vem sendo lentamente superada, mas em seu lugar têm surgido alternativas heterogêneas que buscam a “teoria necessária à prática” (que reedita o empirismo sobre outras bases). O sincretismo (um traço objetivo da profissão presente desde sua gênese) e o eclétismo continuam vigentes, ainda que o primeiro seja insuprimível nas condições propiciadas pela sociedade do capital. Há se de reconhecer, ainda, vários limites objetivos que têm afetado as relações trabalhistas e a própria subjetividade do assistente social como trabalhador. Essa realidade, enriquecida pelo complexo contexto vivido no campo da formação profissional e das universidades (como destacado pontualmente no item anterior), tem golpeado duramente o legado crítico construído e acumulado nas últimas três décadas pela profissão. Seguramente a pesquisa e a produção de conhecimentos têm sido severamente afetadas. Embora isso não invalide ou descaracterize o projeto profissional em curso (ao contrário), inegavelmente impõe necessidades objetivas aos que o reconhecem como importante referência no interior da profissão. Valorizar esse fato é condição sem a qual não será possível resistir e reverter essa realidade.

Nesse sentido, reconhecendo os avanços enormes do Serviço Social brasileiro nas últimas décadas e seus atuais limites, é preciso destacar alguns pontos importantes para o estímulo de uma pesquisa ontológica e fiel à tradição responsável pelo adensamento crítico da profissão. Esse destaque deve ser feito em um duplo sentido: por um lado o reconhecimento de que tendências neoconservadoras sempre existiram e continuam se revigorando no seio da profissão, seja no âmbito da pesquisa ou do trabalho profissional (é importante não subestimar este fato); por outro lado, é necessário reafirmar e aprofundar a direção social existente no projeto ético-político do Serviço Social brasileiro, tendo Marx e parte de sua tradição mais densa como referências insubstituíveis (embora não únicas). Para tanto é importante que as pesquisas na área de Serviço Social considerem:

- a) a crítica às tendências pós-modernas em curso que insistem em reeditar formas de “neutralidade” e de procedimentos forjados por meio de teorias do conhecimento abstratas que tendem a violentar o movimento do real impondo-lhe “a coisa da lógica” ao invés de captar a “lógica da coisa” e alimentar a práxis profissional e social. Requentar-se, aqui, a ciência abstrata, absolutamente avessa à realidade (antiontológica), comprometida com a especulação teórica cujo objetivo principal é apanhar e reorganizar um conjunto heterogêneo e eclético de teorias e conhecimentos e apresentá-los à profissão como alternativas às “fechadas”, “desatualizadas” e “ultrapassadas” matrizes teóricas construídas pela modernidade. A crítica radical a essas tendências, também presentes no Serviço Social brasileiro, latino-americano e mundial, é uma empreitada essencial. Subestimar esse cenário, também no âmbito da pesquisa, será fatal para o estímulo de estudos comprometidos com os problemas genuinamente humanos. Mais do que isso, criará “intelectuais” “pouco comportados intelectualmente” (como utilitaristas pós-modernos conscientes), adequados política e praticamente comprometidos com a descrição miúda, “letrada”, disfarçada de pesquisa e ciência (SILVA, J. F. S., 2015);
- b) o estímulo a orientações investigativas claramente fincadas no ponto de vista daqueles que “vivem da venda da força de trabalho” (o que não significa, em absoluto, não realizar

investigações que revelem a dinâmica interna da classe dominante e de suas frações). Esse procedimento deve estar comprometido com a centralidade do trabalho concreto, útil, criativo e humanizador (esse, sim, categoria ontológica central) e avesso (radicalmente crítico) à sua forma histórica assumida na sociedade do capital: o trabalho abstrato, estranhado-alienado. Nesse contexto um aspecto é relevante: o resultado desses estudos precisa ser socializado com os trabalhadores assistentes sociais (nas suas diferentes inserções na divisão social do trabalho – dentro e fora do Brasil), com os demais trabalhadores, com as entidades de defesa destes, movimentos sociais, sindicatos e demais segmentos comprometidos, em tese, com a defesa dos que vendem sua força de trabalho (na sua diversidade);

- c) a preocupação de valorizar, no âmbito da formação e do trabalho profissional, o ponto de vista da totalidade social, negadora de qualquer espécie de endogenia profissional e fragmentação teórico-prática, mas comprometida em explicar a particularidade do Serviço Social no atual processo de produção e reprodução ampliada do capital. Nisso, certamente, as necessárias mediações com a profissão e seus limites objetivos, bem como a articulação do Serviço Social com a economia política e as determinações impostas pelo capital e pela sociedade que permitem sua acumulação: o capitalismo. É a partir destes parâmetros que os chamados “temas transversais” devem ser estudados – intra e extramuros das universidades – pois enriquecerem a formação e o trabalho profissional (diga-se de passagem, “temas transversais” não menos importantes e não determinados mecanicamente pela infraestrutura vinculada à produção e reprodução do ser social);
- d) a necessidade de as pesquisas explicarem as particularidades do Brasil e da América Latina, as formas como a ordem mundialmente em curso se objetiva nas condições desta região do globo e seus respectivos países. Para tanto, é impossível desconsiderar o caráter não apenas monopolista, imperialista e financeiro do capitalismo em curso, mas também sua via colonial, dependente e hipertardia. Ademais, as particularidades das resistências em curso no continente latino-americano, suas diferenças, qualidades e seus traços socioliberais e neodesenvolvimentistas certamente limitadores (CASTELO, 2012; GONÇALVES, 2012; SAMPAIO, JR, 2015)<sup>16</sup>;
- e) é preciso, ainda, tratar de outro assunto velho-novo: a negação, simultânea, de formas atuais pelas quais o militantismo e o fatalismo se reeditam (IAMAMOTO, 1994). Certamente profissão não é e nunca será, por exemplo, partido. Todavia, as profissões não podem se despolitizar ou simplesmente descartar “por decreto” sua relação com a economia política (como se isso fosse possível). Trata-se, portanto, de um processo que deve *unificar, sem identificar*, profissões, partidos, movimentos sociais, entre outros, bem como revelar as estratégias a serem utilizadas pelos profissionais-militantes em diferentes espaços e condições que ora exigem mais do profissional do que o militante (ou vice-versa). Em outras palavras, saber de onde se fala e onde se atua, não significa abdicar do profissional ou do militante (separando-os totalmente), mas, sim, deixar claro que o profissional-militante precisa considerar o seu espaço concreto de atuação, seus limites objetivos e potencialidades possíveis.

## Considerações finais

Atribuir ao Serviço Social o caráter de “profissão interventiva” que deve oferecer respostas “prático-profissionais” para as contradições sociais compromete essa atuação ao exigir receituários que orientem o trabalho profissional sem considerar o processo sócio-histórico em que ele se dá, reforçando e reeditando certo tipo de empirismo na profissão. Considerar o Serviço Social como determinada especialização do trabalho coletivo na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985; 2007) supõe, necessariamente, situar a profissão para além da simples “intervenção”, “ação”, “prática”, “fazer” ou “exercício” profissional (terminologias farta e vulgarmente utilizadas como sinônimos). A perspectiva crítica e de totalidade exige que o assistente social tenha competência teórico-metodológica e política para apreender as intrínsecas conexões do real, possibilitando-lhe traçar caminhos mais seguros com vistas a formular propostas concretas em seu trabalho profissional inspiradas no projeto ético-político profissional e vinculadas aos limites sócio-históricos objetivamente dados. Isso reforça a relevância da pesquisa no sentido de propiciar, por meio da investigação, ricos subsídios que possibilitem ao profissional de Serviço Social a apreensão profunda - seguramente jamais exata - da realidade social em sua totalidade<sup>17</sup> articulando teoria e prática no campo da práxis profissional. Para tanto, é fundamental um embasamento teórico denso que auxilie a análise da realidade social e, por conseguinte, subsidie o trabalho profissional na relação com o projeto ético-político profissional como referência-orientação geral (e não possui condições reais de ser mais do que isso).

Nesse sentido, a referência clássica que oferece as melhores condições para uma orientação coerente com o projeto profissional da categoria, segundo nossa opinião, é a teoria social de Marx. Nesse patamar são maiores as possibilidades e as condições para desvelar as relações sociais que estão além do imediatismo inerente à vida cotidiana, o que para Marx e parte de sua tradição significa decodificar mentalmente a essência do processo materialmente em curso. Isso nos remete a apreender a dinâmica do real (onde se inserem os temas de estudo), considerando as relações de produção e reprodução social ampliada sob a lógica voraz do capital que se reproduz mundialmente em todas as esferas da vida social (inclusive na própria subjetividade do ser social). Isso significa inscrever a profissão num terreno tenso de múltiplos interesses e disputas em constantes lutas. Aqui estão a classe, o indivíduo e sua subjetividade social, compondo um único processo complexo e diverso, inexplicáveis por meio de suas “partes isoladas”, seguramente inseridas em dada sociedade: o capitalismo em sua fase madura (a sociedade que permite a produção e reprodução ampliada do capital). Portanto, estudos e pesquisas comprometidos com a “verdade do miúdo” (“dele próprio”), com a fragmentação do real; com a lógica puramente subjetiva (na esteira de Kant e se sua tradição); com a “descrição exterior do real” que reedita velhas fórmulas assentadas em noções heterogêneas de equilíbrio (mais estáticas ou dinâmico-sistêmicas), não podem servir à pesquisa genuinamente comprometida com os problemas humanos na sua coletividade e diversidade. Farão, no limite, uma ciência parcial, ou seja, uma produção humana para poucos seres humanos: os mais “fortes e aptos”.

Em relação à formação dos assistentes sociais vale destacar, conforme já enunciado, os graves problemas evidenciados no âmbito da educação superior nas últimas décadas, a profunda decadência da pesquisa e da produção do conhecimento denunciada por Lukács (1981), o sucateamento das universidades públicas no Brasil, a precarização da força humana que nela trabalha e a queda da qualidade do ensino superior. Evidenciam-se, assim, a supervalorização e a expansão do ensino privado de qualidade no mínimo discutível, o aprofundamento do ensino à distância e a deterioração do ensino público-gratuito, demonstrando o atual descompromisso e descaso com a produção do conhecimento nos parâmetros aqui destacados. *Nesse sentido, a defesa da educação pública estatal, gratuita, de qualidade, ampla e irrestrita, deve continuar compondo a agenda prioritária da profissão.* Para isso, é importante que a categoria profissional, por meio de suas instâncias organizativas, continue participando propositivamente dos órgãos oficiais responsáveis pela educação no Brasil (MEC, Capes, CNPq e as diversas instâncias estaduais), como

porta-vozes das demandas coletivas (dos “de baixo”), promovendo o debate, inflando as instâncias administrativas e gerenciais de demandas coletivas. Fundamental, ao mesmo tempo, é a luta permanente, insistente e impenitente em todas as instâncias da vida social cuja influência coletiva da categoria profissional e grupal-individual dos assistentes sociais se faz presente, por *ampla democratização de todas as instâncias: da mais simples comissão aos espaços mais decisivos*. E esse exercício, obviamente, deve ser vivido coletivamente, como componente político da formação e do trabalho profissional. Destaca Silva (2013b):

A formação e a produção de conhecimentos em Serviço Social devem enriquecer a apropriação crítica dos assistentes sociais para além de demandas imediatas; em outras palavras, é preciso combater o utilitarismo-pragmatismo no uso de “conhecimentos” diante das demandas práticas (e vice-versa), valorizando aquele tipo de produção que enriqueça a acumulação crítica, o debate crítico, fincado na explicação dos mecanismos de produção e de reprodução da sociabilidade burguesa e, nela, as particularidades do Serviço Social. Essa contribuição pode ser feita tanto por meio de estudos que respondam mais diretamente às demandas práticas, como pelo envolvimento de conhecimentos sobre o real que não estão necessariamente relacionados com as demandas imediatamente apresentadas aos assistentes sociais. Esse aspecto não pode ser desconsiderado ou visto como mais um assunto que deve ou não ser levado em conta; ao contrário, é central para reafirmar, nas condições atuais, o que pretendemos e entendemos coletivamente ao defender o chamado Projeto Ético-Político Profissional. Sem isso a razão instrumental triunfará sobre a razão ontológica (Silva, 2013b, p. 1) e o futuro nos reservará a exclusiva função de operadores do instituído na área social ou o papel de gestores terminais (ainda que a realidade ofereça as condições reais para uma atuação diferente). O que haverá, neste caso, é uma progressiva paralisação da razão crítica ontológica, desqualificando intelectualmente os sujeitos históricos capazes de reconstruírem a dinâmica do real e de porem em movimento as possibilidades implícitas na realidade (SILVA, 2013b, p. 264-265).

Felizmente, apesar das adversidades claramente postas (com particularidades no Brasil), nem tudo está perdido e a história não acabou (ao contrário do que prematuramente anunciou o Sr. Fukuyama). Duros tempos se anunciam, mas esse anúncio não é e não será o único ao longo da história e vitórias também poderão vir não como dádivas divinas, mas no combate materializado na lida. Isto é parte da dinâmica social e o sinal de que a velha luta de classes continua absolutamente atual. Para a tristeza dos reacionários e dos conservadores (mais ou menos reformistas), não há como eliminar a “praga da luta de classes” pelo simples fato de que ela existe objetivamente na realidade, como produção objetivo-material, ainda que muitas “mentes científicas” digam o contrário em nome da ciência e da “pesquisa rigorosa e imparcial”. Como dizia o velho Marx: “A história de todas as sociedades até hoje é a história das lutas de classes” (MARX, 2012, p. 185). Trata-se de uma afirmação ontológico-real!

Para que o Serviço Social como profissão possa contribuir com níveis crescentes de emancipação social, é fundamental que o assistente social conheça e articule as inúmeras mediações que permeiam a profissão, seguramente sustentado em um referencial teórico que auxilie o profissional a decifrar a realidade em sua totalidade. Nisso não há dúvida: a pesquisa de qualidade é imprescindível. Essas ações devem potencializar a edificação de alternativas não endógenas, realistas, historicamente fundadas, comprometida com níveis crescentes de emancipação social e alicerçadas na construção coletiva capazes de adensar o projeto profissional em curso considerando as tensões históricas atuais. Para tanto, é fundamental considerar o cotidiano como categoria reflexiva para o trabalho profissional, possibilitando assim uma análise da realidade orientada pela categoria da totalidade. É essencial resgatar o sentido de pertencimento de classe que o capital, por meio de suas várias estratégias de dominação, tem tentado mascarar e inviabilizar (MÉSZÁROS, 2002). Mais ainda, um fato está claro e não é nada novo: sem a forte participação progressista e anticapitalista em protestos e resistências coletivos, e isso para além do

território nacional, demandas não serão ouvidas e a gestão burguesa das universidades e de órgãos de fomento promoverá por si retrocessos com o “apoio silencioso” daqueles ilustres investigadores empenhados em manter “seus financiamentos”, “suas bolsas”, “seus recursos”, “seu cargo”, “seu currículo Lattes”, suas próprias demandas. Seguramente e felizmente essa não é a única alternativa.

## Referências

- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.
- BRAZ, M.M.R. Notas sobre o Projeto ético-político do Serviço Social. In: CRESS/MG. **Contribuições para o exercício profissional de assistente social:** coletânea de leis CRESS/MG. Belo Horizonte: CRESS, 2013.
- BRAZ, Marcelo; RODRIGUES, Mavi. O ensino em Serviço Social na Era Neoliberal (1990-2010). **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 255-281, 2013.
- CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 613-636, dez. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400002&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 01 jun. 2015.
- CHAUÍ, M. A Universidade em ruínas. In: TRINDADE, Helgio (org.). **Universidade em ruínas:** na república dos professores. Petrópolis: Vozes, p. 211-222, 1999.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã, 1996.
- ESCORSIM, L. **O conservadorismo clássico.** São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** São Paulo: Global Editora, 2009.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, dez. 2012. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010166282012000400003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282012000400003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 01 jun. 2015.
- HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche –** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. São Paulo: Cortez: Celats, 1994.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.
- KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social: avanços e tendências. **Caderno ABESS**, n. 8. Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social. São Paulo. Cortez, p.33-76, 1998.
- LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, UFSC, v.10, p. 73-82, 1997.
- LEHER, R. A universidade reformada: atualidade para pensar tendências da educação superior 25 anos após sua publicação. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 8, p. 316-340, 2013.
- \_\_\_\_\_. Florestan Fernandes e a defesa da educação pública. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 33, p. 1157-1173, 2012.
- \_\_\_\_\_; SILVA, S. M. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Universidade e Sociedade (Brasília)**, v. XXII, p. 6-17, 2014.
- LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Ontologia do ser social:** os princípios ontológicos de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Crítica da filosofia do direito de Hegel — Introdução. In: **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, p. 145-56, 2005b.
- \_\_\_\_\_. **O capital –** Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1984, v.2.
- \_\_\_\_\_. **O capital –** Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1985, v.3, tomos 1 e 2.
- \_\_\_\_\_. **O capital:** crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant’Ana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.1, tomo 1.
- \_\_\_\_\_. **O manifesto comunista/** K. Marx e Friedrich Engels: [tradução M. Lucia Como]. 15. ed. (2005). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

- \_\_\_\_\_. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (Org). **Marx e Engels – História**. São Paulo: Ática, 1989. (Textos originais de Marx e Engels)
- \_\_\_\_\_. Posfácio. In: MARX, Karl. **O Capital**. V.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p.15-29, 1998.
- MARX, Karl. Teses sobre Feuerbach. In MARX; ENGELS. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Editorial Progresso, 1982. Tomo III. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>. Acesso em: 05/06/2015.
- \_\_\_\_\_. **Para a questão judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. 1999. Disponível em: <http://www.cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>. Acesso em: 21/06/2015.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez. 1992.
- \_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- \_\_\_\_\_. O Serviço Social e a tradição marxista. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, n. 30, p. 89-102, 1989.
- QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 1995.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000400004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01/06/2015.
- SETUBAL, A.A. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katalysis**, Florianópolis, UFSC, v.10, p. 64-72, 2007.
- SILVA, J. F. S. Crise do capital, neoconservadorismo e Serviço Social: apontamentos para o debate. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro: UERJ, n. 35, janeiro/junho 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/18624/13594>
- \_\_\_\_\_. Serviço Social: razão ontológica ou instrumental? **Revista katálysis**, n.1, v. 16, jan/jun, p. 72-81, 2013a.
- \_\_\_\_\_. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013b.
- \_\_\_\_\_; SILVA, M.I. Reprodução do capital, trabalho estranhado e violência. In: LOURENÇO, E. Â. DE S.; NAVARRO, V. L.; BERTANI, I. F.; SILVA, J. F. S. DA; SANT' ANA, R. S. (Org.). **O Avesso ao Trabalho: trabalho II**, precarização e saúde do trabalhador. Expressão Popular, UNESP-Franca, 2010a.
- SILVA, M.I. **A apropriação das obras de Ricardo Antunes pelo Serviço Social: a categoria Trabalho em debate**. Tese de Doutorado em Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Doutorado), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – FCHS, Universidade Estadual Paulista – UNESP/Franca, 2014.
- \_\_\_\_\_; SILVA, J.F.S. O sucateamento do ensino superior público brasileiro no contexto da crise globalizada contemporânea. In: **Lentes Pedagógicas**. Faculdade Católica de Uberlândia, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O trabalho docente voluntário: a experiência da UFSC**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010b.
- \_\_\_\_\_; NOGUEIRA, C.M. **O trabalho docente voluntário no contexto da crise contemporânea**. In: Riqueza e Miséria do Trabalho III. Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Boitempo, 2014.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa Social I**. In: Apostila do Curso de Serviço Social. UNIVALE, Itajaí/SC, 2008.

<sup>1</sup> “Questão social” esclarecida pela “Lei Geral da Acumulação Capitalista” (MARX, 1984, p. 187-259). Sobre o pensamento conservador consultar Escorsim (2011). Para um debate sobre as expressões contemporâneas do conservadorismo no Serviço Social brasileiro, sugerimos a leitura de Silva J. F. S., 2015.

<sup>2</sup> Certamente que a materialização de tais traços universais não foi idêntica nos diferentes países em que o Serviço Social se objetivou como profissão. Como complexo social rico em mediações, o Serviço Social brasileiro teve sua gênese sob as condições particulares da revolução burguesa brasileira (FERNANDES, 1987 e 2009), revolução esta impulsionada pelo projeto urbano-industrial do governo de Getúlio Vargas dos anos 1930. A gênese do Serviço Social brasileiro, claramente vinculada à tradição católica franco-belga, não pode ser nivelada e identificada, por exemplo, com a gênese do Serviço Social argentino (de perfil mais filantrópico-religioso). Isto, todavia, não contradiz em nada as observações mais gerais apontadas por lamamoto e Carvalho (1985) e Netto (1998).

<sup>3</sup> Vale destacar que as escolas brasileiras não foram as primeiras da América Latina. O Chile foi pioneiro fundando suas duas primeiras escolas: 1925 (sob a liderança do médico Alejandro Del Río) e 1929 (Escola Elvira Matte de Cruchaga). Ainda que na Argentina o primeiro centro de formação (propriamente dito) tenha sido criado em 1930 (no Museu Social Argentino), já em 1924, na Faculdade de Ciências Médicas de Buenos Aires, foi fundado o curso de visitadoras de higiene social.

<sup>4</sup> No III CBAS de 1979, em São Paulo, os profissionais que participavam do encontro destituíram a mesa de abertura do evento constituída por autoridades oficiais da ditadura cívico-militar. Os mesmos foram substituídos por representantes dos movimentos dos trabalhadores. Por isso o evento ficou reconhecido como Congresso da Virada. Nesse sentido, entendemos que esse marco político adensou as futuras discussões sobre o projeto ético-político profissional da categoria que avançou substancialmente na década de 1980, se consolidou nos anos 1990 e continua em processo de construção (guardados os inúmeros limites objetivamente dados). Todo esse processo vem sendo tensionado pelo projeto neoliberal vigente e pelo crescente neoconservadorismo presente no interior do Serviço Social (BRAZ, 2013; SILVA, J. F. S., 2015).

<sup>5</sup> Segundo Paulo Netto (1999), o Projeto Ético Político Profissional contempla: o Código de Ética, de 1993, que norteia o exercício profissional; a Lei nº 8662/1993, que regulamenta a profissão; e as Diretrizes Curriculares, de 1996, que orientam os currículos dos Cursos de Serviço Social no Brasil. Consultar: [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/texto2-1.pdf](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf)

<sup>6</sup> Iamamoto (2007).

<sup>7</sup> Antunes, 2005.

<sup>8</sup> Sobre o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) é oportuno ressaltar que se trata de uma ampliação da universidade pública que opera a partir da precarização do trabalho docente universitário e da perda da qualidade do ensino superior público no Brasil (SILVA, M.I.; SILVA, J.F.S. – 2011 e BRAZ; RODRIGUES, 2013, p. 255-281).

<sup>9</sup> Consultar Silva, M. I. (2010b), Braz e Rodrigues (2013, p. 255-281) e Leher (2013; 2012) e Leher e Silva (2014). Leher aponta em seus estudos a brutal sangria dos recursos das universidades públicas em favor do ensino privado com diversos perfis. Insiste, mais ainda, que as universidades públicas (federais e estaduais) poderiam desempenhar a meta de ampliação de vagas universitárias com melhor qualidade (na direção de uma “desmercantilização” crescente), com os recursos investidos no setor privado por meio, por exemplo, de financiamentos estudantis.

<sup>10</sup> Os autores apresentam outros dados alarmantes no capítulo denominado “O ensino em Serviço Social na era neoliberal (1990-2010): avanços, retrocessos e enormes desafios”, particularmente no item denominado “Aspectos regressivos da contrarreforma universitária no ensino profissional”.

<sup>11</sup> Não cabe, aqui, adensar esse ponto (suficiente para os objetivos deste artigo). Apenas é preciso registrar que enquanto o espelhamento promovido pela ciência é desantropomorfizador (como dito anteriormente), na arte o processo é antropomorfizador, ou seja, o artista tende a incorporar sua subjetividade ao objeto de arte. Em ambos, todavia, o ponto de partida é sempre a própria realidade.

<sup>12</sup> Trecho muito citado, mas pouco compreendido e explicado.

<sup>13</sup> Basta, para isto, verificar os investimentos efetivamente realizados nas diversas áreas (bolsas, editais financiamentos em geral). Outro exemplo, bastante atual, é a exclusão das humanidades do “Programa Ciência Sem Fronteiras”, do Governo Federal.

<sup>14</sup> O que, obviamente, não elimina a importância de dados qualitativos e quantitativos nos estudos de maior profundidade analítica.

<sup>15</sup> Em 1977 as unidades de ensino e a ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS) iniciaram debate sobre a reformulação do terceiro currículo mínimo, reconsiderando a pesquisa como instrumento importante para uma sólida formação científica dos profissionais (assistentes sociais docentes ou não) que se refletiu no quarto currículo aprovado em 1982. Em 1996, as Diretrizes Curriculares reiteraram a disciplina de Pesquisa como um dos princípios básicos na formação profissional.

<sup>16</sup> A experiência brasileira com Lula e Dilma e a proposta chilena com Bachelet situam-se claramente no campo socioliberal (com reformas e mudanças modestas). As experiências bolivarianas envolvendo Venezuela (Chaves-Maduro), Equador (Rafael Correa) e Bolívia (Evo Morales), guardada suas diferenças, seguramente são neodesenvolvimentistas e muito mais ousadas e anti-imperialistas. A experiência argentina, por sua vez, impensável sem o peronismo e os neoperonismos (entre eles o kirchnerismo) também possui um perfil nacionalista neodesenvolvimentista e anti-imperialista próprio.

<sup>17</sup> Que, logicamente, não significa tudo.